

MOBISERV, Lda.



Comércio & Serviços

Av. Acordos de Lusaka n° 1801

Tel.: +258 21 467553 • Fax: +258 21 465 282

Cell: +258 84 3929740

E-mail: mobiserv@teledata.mz

Maputo - Moçambique



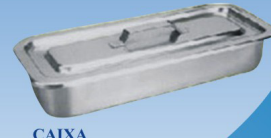
CAIXAS
Para instrumentos
com tampa.



COLUNA
Para pinça.



CUVETES.



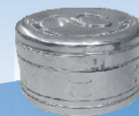
CAIXA
Para instrumentos.



BACIAS INOX.



ARRASTADEIRA.



CAIXA REDONDA
Para esterilização.



RESSUSCITADOR
De parâmetros.

10 Outubro
2014

Sexta-Feira

ANO IV - Edição n.º 899

HORIZONTE
H25

Diário Electrónico de Informação Geral

N.º Registo: 08/GABINFO - dec/2010

Director Editorial: Paulo Deves

GERAL: Cel: 827256216 - PUBLICIDADE: 840135802 - Email: horizonte25@tv cabo.co.mz - Av. Ahmed Sekou Touré, n.º 1552 - r/c - MAPUTO



**Formação dos membros
das mesas de voto
termina no País**

Formação dos membros das mesas de voto termina no País

Yolanda Matsombe

MAPUTO - Terminou ontem em todo o território nacional, a formação dos Membros das Assembleias de Voto, processo que abrangeu cento e trinta mil candidatos dos quais, o Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE), pretende apurar apenas cento e vinte mil, quatrocentos e sete membros que vão trabalhar nas dezasseis mil e dez mesas em todo o País.



Este processo de formação ora terminada, à semelhança do que tem acontecido nos processos anteriores de acordo com Felisberto Naife, director-geral do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE), foram criadas as condições logísticas para os Membros das Assembleias de Voto durante as acções de formação, que consistiram no fornecimento de lanche para além do aluguer de salas e outras condições materiais.

Falando na conferência de imprensa ontem convocada pelo STAE para dar o ponto de situação dos preparativos das Eleições Gerais e das Assembleias Provinciais, Felisberto Naife, disse que nesta formação que ontem terminou, grande parte das províncias do País providenciaram, aquilo que são as condições logísticas, fornecendo lanches durante a formação, salvo algumas excepções que algumas províncias, devido as condições concretas de cada província, optou-se pela

atribuição de algum valor monetário durante o período da formação.

"Estes Membros das Assembleias de Voto, quatro são recrutados pelo STAE e três indicados pelos partidos políticos com assento no parlamento nomeadamente, a FRELIMO, A RENAMO e o MDM, e vão auferir um subsídio de acordo com as funções que cada um vai desempenhar", disse o director-geral do STAE, realçando que o presidente vai receber um subsídio de dois mil e duzentos meticais, o vice-presidente o subsídio de mil e novecentos e cinquenta meticais, o secretário o subsídio de mil e setecentos meticais e os escrutinadores, um subsídio de mil e quinhentos meticais.

Estes subsídios segundo Felisberto Naife, representam um acréscimo em cada um dos níveis de duzentos meticais, comparativamente aos mesmos subsídios pagos no ano passado nas Eleições Autárquicas, incluindo na repetição da eleição do Gurúè, evento

que teve lugar este ano.

Na sua comunicação, disse que o processo de entrada de material de votação está na sua final, tendo sublinhado a previsão de chegada, ainda durante o dia de ontem, do material da Província de Maputo, numa altura em que grande parte do material das províncias centro/norte, já se encontra naqueles pontos do País. Esta sexta-feira e ao longo deste fim-de-semana, inicia-se o processo de distribuição pelos STAE distritais os materiais de votação para posteriormente ser alocado às Mesas das Assembleias de Voto dos respectivos distritos.

De acordo com o director-geral do STAE, esta distribuição conta com o apoio para além de meios terrestres, neste caso, de viaturas, de barcos e para as zonas de difícil acesso com dez helicópteros já disponíveis no País, sendo que hoje se espera a chegada de mais cinco que vão dar apoio à escala nacional na distribuição do material eleitoral.

De referir que nas eleições a terem lugar na diáspora, o STAE vai contar com cento e noventa e uma mesas, totalizando para este processo eleitoral, dezassete mil e duzentas e uma mesas.



«Deseja informação sobre o Governo de Moçambique, onde e como encontrar serviços públicos? Acede ao portal do Governo da República de Moçambique através de www.portaldogoverno.gov.mz»



ATÉ FINAIS DE OUTUBRO/14

SAN pretende comprar 13.5 mil toneladas de algodão caroço

- A Sociedade Algodoeira do Niassa (SAN), está a aplicar mais de cento e setenta e oito milhões de meticais na compra do algodão caroço na campanha de comercialização agrícola que termina em finais deste mês.

LICHINGA – Este montante vai servir para comprar mais de treze mil e quinhentas toneladas do algodão, produzido numa área de cerca de vinte e cinco mil hectares com o envolvimento de trinta e dois mil produtores. O director de produção na Sociedade Algodoeira do Niassa, Ivan Amad, disse que a quantidade a ser comprada, vai aumentar em mil e quinhentas toneladas a cifra planificada.

“Na campanha agrícola 2014-2015, a SAN prevê trabalhar numa área de vinte e sete mil hectares com o envolvimento de trinta e sete mil produtores, disse Ivan Amad.

“Realmente os produtores já estão a preparar os campos, uma vez que esta campanha foi boa para muitos deles, estão mais motivados e moralizados porque conseguem ver que a empresa tem movido esforços para acarinhar mais o produtor e a nossa meta é aumentar mais a produção, sem se esquecer de aumentar o rendimento porque é que vai beneficiar mais o produtor, mas para esta campanha temos um

plano para cerca de trinta e sete mil produtores. Nas últimas semanas intensificámos mais as compras que é para não deixar o algodão com os produtores. Estes já estão a preparar as suas machambas, estão mais motivados porque venderam cedo a sua produção, então, vamos preparar cedo os campos para tentar semear cedo com vista a aproveitarmos as primeiras chuvas. Nesta campanha, vamos acatar com as orientações dos técnicos e apelar aos produtores no sentido de participarem nos encontros de formação que é lá onde a gente aprende coisas novas, é lá onde a gente vai

expor as nossas dificuldades, tanto de campo, assim como financeiras que a empresa possa participar com um apoio e só assim, é que a gente pode mais próximos uns dos outros, ou seja, a empresa e os produtores”, Ivan Amad, director de produção na empresa Algodoeira do Niassa e o ponto de situação da produção e comercialização do algodão caroço nesta região do País.

Na Província nortenha do Niassa, o algodão é praticado nos Distritos de Cuamba, Mecanheles, Metarica, Maúta, Mandimba, Nipepe, Marupa, Majune e Mecula.

ÀS EMPRESAS DO NIASSA

Inspecção laboral conta com BAÚ

LICHINGA - A Inspecção-Geral do Trabalho (IGT), na Província do Niassa, já está a trabalhar com o Balcão de Atendimento Único (BAÚ) local no registo e localização de empresas daquela região setentrional do País a serem fiscalizadas, uma parceria que conta com o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS).

Esta parceria surge por se ter constatado dificuldades em actualizar, de forma constante, o cadastro empresarial da Província, sobretudo quando se trata de cumprimento dos planos elaborados no quadro da fiscalização laboral a empresas e outras unidades de produção.

Para além deste constrangimento, a IGT no Niassa constatou que algumas das empresas

decretaram falência e outras mudaram de endereço, sem a prévia comunicação às autoridades competentes, como é o caso do Ministério do Trabalho (MITRAB), o que, de certo modo, tem dificultado o trabalho inspectivo.

Para acabar com a situação, a IGT está a fazer o levantamento das empresas existentes na Província, com vista à actualização do seu banco de dados, sobretudo nesta fase em que a região está a registar um crescimento económico assinalável, em especial o Distrito de Cuamba, a considerada capital económica do Niassa.

Algumas acções inspectivas, incluindo brigadas do Instituto Nacional de Segurança Social já chegaram a replanificar as suas actividades

ou os seus trabalhos previamente agendados, devido à não localização das unidades arroladas para o efeito, inclusive outras que fornecem um tipo de endereço diferente do que consta dos documentos de registo da empresa ou firma, isto é, juridicamente confirmados.

Com a entrada do BAÚ, a IGT espera uma maior celeridade na localização de empresas a fiscalizar, incluindo aquelas que devem ao INSS, uma vez que esta instituição, criada pelo Governo, no âmbito da descentralização de actividades económicas, mais concretamente com o objectivo de proceder ao licenciamento facilitado de diferentes iniciativas económicas localmente, conta com um banco de dados mais modernos e actualizados.

SINTIHOTS em sintonia para o bem dos trabalhadores

Av. Eduardo Mondlane 1267
Telefax 21- 320409 - CP. 394 | Cells: 82 4315620-82 7690120
E-mail: Sintihots@tvcabo.co.mz
Maputo - Moçambique



COOPERAÇÃO PORTUGUESA

PME moçambicanas contam com 13.5 milhões de dólares americanos

Yolanda Matsombe

MAPUTO - O Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas (IPEME), em representação do Ministério da Indústria e Comércio (MIC), como Membro da Comissão de Acompanhamento do Fundo Empresarial da Cooperação Portuguesa (FECOP), rubricou ontem com a Associação Moçambicana de Bancos (AMB) e CAMÕES - Instituto de Cooperação de Língua Portuguesa, uma adenda do contrato visando a prestação de apoio financeiro aos bancos.



A assinatura do referido contrato e adenda, determina o início da operação ou a ligação do FECOP como um mecanismo de financiamento dedicado as Micro, Pequenas e Médias Empresas moçambicanas, bem assim as Associações/ Cooperativas de produtores em modalidades de garantias de crédito e bonificação de taxas de juros, para o fortalecimento da estrutura económica produtiva e competitiva.

Falando na ocasião, o ministro da Indústria e Comércio, Armando Inroga, disse que este projecto que testemunhámos, representa a implementação daquilo que foi o quadro da assinatura dos acordos entre os Governo de Moçambique e o Governo Português, aquando da reunião bilateral entre o Governo português representado pelo respectivo Primeiro-ministro e o Governo de Moçambique representado pelo Presidente da República, Armando Guebuza, no passado mês de Fevereiro do corrente ano.

"Estamos aqui hoje, a concretizar esse propósito da cooperação entre Portugal e Moçambique no apoio à PME moçambicanas igualmente, a concretizar aquilo que foi estabelecido há mais de cinco anos que é assegurar que as PME moçambicanas e a capacidade técnica portuguesa possa produzir em Moçambique, capacidade de intervenção na economia", disse. "Apraz-nos também podermos felicitar a Embaixada de Portugal em Moçambique por ter podido concretizar em tão pouco espaço de

tempo, a implementação e a operacionalização do acordo então assinado pelos ministros dos dois países e de hoje em diante, poder assegurar que as PME moçambicanas tenham um instrumento de facilitação ao seu financiamento para poderem dar o seu contributo à economia moçambicana", realçou.

Para Armando Inroga, não poucas vezes "nós temos estado a assistir à entrada de investimento directo estrangeiro de grande dimensão e de alguma maneira relacionada aos mega-projectos. Nós continuamos a ter como Governo, a preocupação de assegurar que as PME



de Moçambique, sejam o factor de dinamização da economia e sejam o elo de ligação entre a sociedade, através do emprego, através de iniciativas empreendedoras e os mega-projectos que já tendo uma estrutura de financiamento e de capacidade de intervenção, operam sem precisar de alguma maneira e em grande medida da intervenção do Governo".

Neste propósito, sublinhou, esta cooperação, entre Portugal e Moçambique, assegura que a nível intermédio, as PME possam ter um instrumento que dá capacidade de integração e de prestação de serviços, mas igualmente, as facilita a abrirem-se para as oportunidades que possam surgir como parceiros portugueses que vêm a Moçambique à procura igualmente de parceiros moçambicanos com capacidade de realizar os seus propósitos de negócios.

Na ocasião, saudou de forma particular a AMB e os bancos que rubricaram este protocolo nomeadamente o Millennium bim, o BCI, o Moza-Banco e o Banco Único que "implementam e permitem para além de estarem a fazer expansão da banca para os distritos, possibilitam igualmente, terem um instrumento que reduz o seu risco de intervenção na economia, concedendo crédito de forma mais segura para aqueles que não tendo garantias conseguem ter ideias para poderem dar o seu contributo na nossa economia".

O embaixador de Portugal em Moçambique, recordou que para além do protocolo que permite a libertação dos 13 milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos para apoio às micro, pequenas e médias empresas moçambicanas, foram assinados outros protocolos durante a visita do PM português a Moçambique, cerca de dezoito, permitem a libertação no total de 931 milhões de euros.

"Isto é muito importante porque se trata de dinheiro que é investido na economia de Moçambique que gere emprego, gere parcerias gere cumplicidades e mútuas vantagens entre moçambicanos e portugueses, mas também é preciso dar um especial valor porque todos nós sabemos o que é o momento orçamental que se vive em Portugal. Numa altura em que o momento orçamental que se vive não é de constrangimento orçamental, mas de redução efectiva da despesa pública, significa o quão consciente está o Estado português e a sociedade portuguesa no sucesso de Moçambique e na capacidade dos moçambicanos em fazer deste Moçambique, um País de sucesso", enfatizou.

REITOR DO ISRI

“Quem não vota corre o risco de ser governado por quem não quer ou não gosta”

MAPUTO - A Universidade Politécnica organizou na última quarta-feira, 8 de Outubro, uma palestra subordinada ao tema “Direito de Votar”, com o objectivo de consciencializar os cidadãos da importância de participar na vida política, principalmente numa altura em que o País se prepara para ir às urnas no próximo dia 15, para eleger o Presidente da República, deputados da Assembleia da República e membros das Assembleias Provinciais.

A palestra teve como orador o reitor do Instituto Superior de Relações Internacionais, Patrício José, que na sua apresentação referiu que o acto de votar, para além de simbolizar a participação dos cidadãos na vida política, representa o exercício da soberania por parte do povo.

O voto, segundo Patrício José, é o mais alto estágio do exercício da soberania, pois contribui para a eleição dos representantes do Estado, serve para legitimar os governantes e exprime a maturidade política.

Por isso, na opinião do orador, “quem não vota está a desperdiçar uma oportunidade de defender o seu interesse e das pessoas que o rodeiam. Votar é um direito dos cidadãos consagrados na Constituição da República e ninguém pode ser cidadão e abdicar dos seus direitos”.

“Votar é um acto de governação e um termómetro da democracia”, considera Patrício José, que se mostrou preocupado com os altos índices de abstenções que têm caracterizado as eleições no País, desde a introdução do multipartidarismo, em 1994.

Para Patrício José, é importante que os cidadãos tenham a consciência de que a sua participação na democracia é importante e que



votar é fazer uma opção política. “Quem não vota corre o risco de ser governado por quem não quer ou não gosta”.

Ainda sobre as abstenções, Patrício José disse que a responsabilidade de mudar esta situação recai sobre os jovens, que constituem a maioria da população moçambicana.

“Os jovens devem ter consciência de que o direito de votar foi conquistado com muito sacrifício. Não podem desperdiçá-lo. Igualmente, as mulheres são chamadas a dar a sua opinião sobre a vida política do País. Há que garantir a sua participação pois têm o direito de opinar sobre assuntos que lhes dizem respeito, sendo

a política um deles”, explicou.

Por seu turno, o reitor da Universidade Politécnica, Lourenço de Rosário, considerou que, apesar de estarmos a poucos dias da realização das quintas eleições gerais, faltam debates sobre assuntos transversais às mesmas, daí a escolha do tema da palestra.

“Estamos num período muito importante para a cidadania e achamos que as universidades não devem ficar alheias a isso. Quando ligamos o televisor, rádio ou quando lemos o jornal, notamos que os protagonistas são os políticos. Faltam debates de ideias que estão por detrás disso”, concluiu.





O Mozambique Music Awards premia as melhores músicas produzidas pelos artistas moçambicanos.

Não percas todos os sábados, às 21 horas a partir de 30 de Agosto, na Televisão Miramar.

Vários prémios estão guardados para quem melhor expressar a moçambicanidade na música.

Mais informações em www.mma.co.mz

MOÇAMBIQUE

ActionAid promove campanha “Não à usurpação de Terras”

MAPUTO - A Associação ActionAid Moçambique, promove uma campanha sobre a problemática de usurpação de terras em Moçambique. Para o efeito, esta organização nacional não-governamental, convidou a imprensa para apresentar os principais desafios que as comunidades camponesas enfrentam, face a crescente demanda pela terra para a implementação de grandes projectos de desenvolvimento no País.

Na conferência de imprensa, a ActionAid Moçambique, avançou que é objectivo desta campanha, alertar ao Governo sobre a necessidade de criar e implementar políticas públicas com vista a salvaguardar os direitos das comunidades moçambicanas.

Para a ActionAid, a terra é o mais importante factor de produção para a maioria das comunidades rurais.

No entanto, segundo a associação, a cres-

cente demanda e a competição por este recurso, pode representar uma séria ameaça para os pequenos agricultores, cuja subsistência depende exclusivamente dela, caso não seja devidamente gerida.

Esta campanha surge de acordo com os seus mentores, devido ao desequilíbrio das relações de poder e falta de transparência, comunicação e participação nos processos de negociação entre os principais grupos de

actores nomeadamente, investidores privados, agricultores e Governo, muitas vezes tem resultado em conflitos e usurpação de terras a favor de investidores.

“A maioria dos grandes projectos existentes, pertence a investidores estrangeiros com intenção de alimentar as fábricas e as populações dos seus países de origem, participando as comunidades apenas como titulares de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT).

De acordo com os mentores da campanha, sem uma política de investimento agrícola adequado, há o risco de que o investimento privado continuar a contribuir para a melhoria das receitas fiscais do País, mas, ao mesmo tempo, aumentar o nível de pobreza, criando mais problemas do que soluções: conflitos de acesso à terra e água, escassez e preços elevados de alimentos, degradação ambiental e outros problemas associados.

“Na ausência de regulamentação governamental e controlo efectivos relativos a modelos de investimento a favor dos pequenos agricultores e, na ausência de pressão do Governo/sociedade civil sobre os investimentos para encontrar soluções consensuais para o envolvimento e desenvolvimento das comunidades locais, de forma que não sejam os maiores perdedores dessas iniciativas”, indica a associação.

De uma forma geral, a ActionAid, pretende com a campanha, ver reduzida a incidência de usurpação de terras em Moçambique, assegurando a segurança alimentar e o acesso a terra e outros recursos produtivos pelos camponeses.



Estamos comprometidos em oferecer-lhe **Dentes Mais Fortes**

Você irá sair do nosso consultório com vontade de dar dentadas em tudo gostoso que lhe aparecer pela frente!

Marque connosco!

Av. Francisco G. Magalhães, Nº 423, Maputo | Telefone 21-988.3012 | Cel 92.002.1500 | 01.001.3000 | Email: diversas@mdm.co.mz



E-mails: horizonte25@tv cabo.co.mz - horizontepd25@gmail.com

CONCERTAÇÃO SOCIAL

Fórum será criado até final do ano em Tete

TETE – Até finais deste ano, será criado na Província central de Tete, um fórum de concertação social com o objectivo de reduzir os índices de conflitos laborais naquela região do País. Com a missão de dirimir conflitos laborais, farão parte do referido fórum, o Governo provincial, a OTM – Central Sindical e os empregadores de modo a criarem ambiente favorável entre os trabalhadores e empregadores no local do trabalho.

O secretário-executivo da OTM – Central Sindical na Província de Tete que revelou esta informação, disse estar optimista com a criação deste fórum porque segundo suas palavras, o órgão vai aproximar as três partes integrantes para em conjunto encontrarem soluções para qualquer tipo de litígio laboral.

José Freitas, explicou que tratando-se da Província de Tete, destino de muitos megaprojectos nos últimos anos, é imperioso que se implante o fórum de concertação social para garantir um ambiente saudável nas unidades de produção.

Aquele sindicalista, defendeu que para se manter a harmonia no local de trabalho, passa pela eliminação de conflitos laborais para assegurar que as unidades de produção, contribuam no

desenvolvimento socioeconómico do País.

“Nós somos parceiros do Governo, através da Direcção Provincial do Trabalho, temos os sindicatos e os empregadores, são parceiros do fórum de concertação social. Cada um dos três intervenientes, são chamados a sentar na mesma mesa para apresentar as suas preocupação ou inquietações e, em conjunto estudar e encontrar soluções para cada caso. Esse órgão deverá ser instalado em cada província para também dar facilidades na resolução de algumas situações específicas de cada província o que vai nos permitir estar mais próximo dos assuntos porque muitas das vezes, nós pensamos que os empregadores fazem isto e aquilo, acusamos os empregadores e estes acusam o sindicato, enquanto o Governo, como árbitro,

fica preocupado porque não pretende que haja conflitos. Então, todos nós, cada um fazendo a sua parte, vamos nos unir em torno de um bom ambiente de trabalho e há uma legislação que regula o funcionamento deste órgão”, José Freitas, secretário-executivo da OTM – Central Sindical na Província central de Tete, falando da criação nos próximos dias, do fórum de concertação social onde o Governo provincial, a Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM) e os empregadores, vão se juntar à mesma mesa para dirimir conflitos laborais nos centros de produção.

Actualmente, a OTM – Central Sindical na Província central de Tete, conta com um universo de treze sindicatos ramais filiados no órgão.

REGRESSADOS DA RAS

Trabalhadores mineiros com novos contratos em aberto

Alguns trabalhadores moçambicanos regressados à Província de Inhambane, em Setembro passado, após completaram os seus contratos com companhias mineiras da República da África do Sul (RAS), já manifestaram o seu interesse em assinar novos contratos para voltarem a trabalhar naquele país vizinho.

Durante o período em referência, segundo dados da Direcção Provincial do Trabalho de Inhambane, regressaram ao país natal um total de 496 mineiros, os quais se encontravam vinculados, contratualmente, a

diferentes empresas daquele sector na RAS, mas que regressaram no final dos seus contratos com garantias de assinar outros novos, caso assim queiram, nos termos do instrumento que regula o recrutamento da mão-de-obra moçambicana para as minas sul-africanas, mais concretamente o Acordo bilateral de 1964.

Outros regressados das minas preferiram ficar definitivamente na terra natal, Inhambane, após terem optado pela implementação de projectos pessoais de auto-emprego, com base nos rendimentos acumulados enquanto duraram os seus contratos na África do Sul.

O grupo em alusão recebeu mais de seis milhões e 400 mil Rands (cerca de 19 milhões de meticais), logo após o seu regresso, em modalidade diferida, que consiste em parte dos salários ganhos naquele país vir receber no país de origem, de forma a ajudá-los na sua reinserção social findos os respectivos contratos.

Segundo este procedimento, os descontos são feitos a partir do segundo semestre de cada ano contratual, em 60%, sendo que nos outros primeiros seis meses de trabalho recebem na totalidade.



PONTE SOBRE O RIO PÓMPWÈ

Obras de construção decorrem a bom ritmo

BEIRA – Decorrem a bom ritmo as obras de construção da ponte sobre o rio Pómpwè, no Distrito de Chemba, na Província central de Sofala. Iniciadas nos meados do ano em curso, cuja conclusão está prevista para o primeiro trimestre do próximo ano, as obras já se encontram na fase de preparação da armadura que irá compor a parte superior da ponte.

Ao revelar a informação, o chefe da Repartição das Obras Públicas nos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas de Chemba, disse que a conclusão da referida ponte vai permitir uma melhor transitabilidade dos utentes.

De acordo com a fonte, no tempo chuvoso devido ao transbordo das águas do rio Pómpwè, a circulação de pessoas e bens naquela região que dista cerca de vinte e cinco quilómetros da sede distrital, é feita por vias de canoas sob vários riscos.

“Ao encher, as águas do rio Pómpwè, juntam-se a do Zambeze e os crocodilos, abundantes no Zambeze, passam para as águas do Pómpwè, o que complica a situação. Por vezes, estes répteis costumam sabotar as canoas. Quando isso acontece, preferimos ficar até que o caudal do rio baixe para poder ter a transitabilidade, mas dizer que as actividades de construção da ponte estão avançadas porque o principal para nós, tratando-se de um rio com variações do caudal periódicas, intensificámos a colocação

de pilares interiores. Já temos seis pilares principais em pé”, Adérito Boane, chefe da Repartição das Obras Públicas nos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas de Chemba e a situação das obras de construção da ponte sobre o rio Pómpwè.

Refira-se que a construção desta infra-estrutura enquadra-se no plano das actividades do Governo distrital, visando melhorar a circulação de pessoas e bens, bem como a interligação com as outras regiões do País.





JÁ ABRIU EM MAPUTO

LOJA ÁGUA DA NAMAACHA
AV. ALBERT LUTHULI, N° 11
(NA BAIXA EM FRENTE AO ESTÁDIO DO FERROVIÁRIO)



CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES ECONÓMICAS DE MOÇAMBIQUE

Novos líderes de pelouros tomam posse para triénio 2014/2017

- Tomaram posse ontem, quinta-feira, 9 de Outubro, os novos líderes dos pelouros da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), nomeados para o triénio 2014-2017.

MAPUTO - Trata-se de Ruth Tatiana Eusébio Mata, que irá dirigir o pelouro de Agro-Negócio, Justino Chemane, da Construção Civil, Mubarak Abdul Razak, da Indústria, Comércio e Serviços Públicos, Luís Frade, dos Transportes e Noor Momad, do Turismo.

presários”, referiu.

Num outro desenvolvimento, Rogério Manuel fez saber que a CTA pretende rever o modelo de Diálogo Público-Privado, de modo a torná-lo célere e profícuo e permitir uma abordagem das políticas e quadro regulamentar consentâneo com o contexto económico actual do País.

Por seu turno, a secretária permanente do Ministério da Indústria e Comércio, Cerina Banu Mussá, considerou que a tomada de posse dos novos líderes dos pelouros vai conferir maior dinamismo à CTA, “uma organização que desempenha um papel de relevo na dinamização da economia e na interacção com o Governo, no processo de identificação dos constrangimentos à economia nacional, busca das suas respectivas soluções, e na consequente melhoria do clima de investimentos”.



ações específicas, no âmbito da melhoria do ambiente de negócios e de toda a envolvente empresarial”, disse Rogério Manuel, para quem a acção dos empossados deve ser no sentido de garantir que todos os constrangimentos e barreiras ao desenvolvimento do sector privado sejam removidos.

“Há barreiras que, pela sua gravidade e enorme repercussão em várias áreas de desenvolvimento empresarial, necessitam de uma maior colaboração entre os órgãos do Estado e de uma maior participação dos em-

Kekobad Patel foi nomeado para presidir ao pelouro da Política Fiscal, Aduaneira e Comércio Internacional, Rui Monteiro para Política Laboral e Acção Social, Edgar Balozi para Política dos Serviços Públicos, Sérgio Chitará para o pelouro dos Recursos Minerais e Hidrocarbonetos e Luís Magaço irá liderar o pelouro de Política Financeira.

Na ocasião, o presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique, Rogério Manuel, instou os empossados a servir o sector privado nacional, contribuindo para um melhor ambiente de negócios.

Para tal, além de dirigir o processo de diálogo com o Governo, os novos líderes dos pelouros devem, também, promover e realizar a acção de advocacia e lobby junto do Executivo para as reformas.

“Espera-se que o vosso trabalho possa permitir a tomada de decisões ou a realização de





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA FUNÇÃO PÚBLICA

JAP'14 Prémio Nacional de Jornalismo em Administração Pública

"Pela Boa Governação e Acesso à Informação"

CATEGORIAS

- Prémio JAP Imprensa
- Prémio JAP Rádio
- Prémio JAP Televisão
- Grande Prémio JAP
- Menção Honrosa

TEMAS ELEGÍVEIS

- Inovação e boas práticas;
- Profissionalização da Função Pública;
- Melhoria da prestação de serviço, descentralização e desconcentração;
- Boa Governação e Combate à Corrupção.



Submeta de 1 a 31 de Outubro 2014, trabalhos jornalísticos originais sobre a matéria, publicados nos órgãos de comunicação social registados no País nas categorias: Rádio, Televisão e Imprensa escrita.

Parceiros:



PROVÍNCIA DE INHAMBANE

GT e INSS já mapeiam maiores devedores

O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e a Inspeção-Geral do Trabalho (IGT) já identificaram os maiores contribuintes devedores da Província de Inhambane e, neste momento, estão em curso acções de recuperação de montantes retirados dos salários dos trabalhadores nas empresas, mas que até à data ainda não foram canalizados à segurança social.

Trata-se de um grave atropelo, nos termos da legislação laboral, mais concretamente da Lei do Trabalho (lei nº 23/2007, de 1 de Agosto) e a Lei de Protecção Social (lei nº 4/2007, de 7 de Fevereiro).

As acções em curso visam a recuperação dos montantes, através de cobranças a empresas ou entidades empregadoras e patronais devedoras, já devidamente identificadas e algumas delas interpeladas, de forma a salvar o futuro social dos trabalhadores e seus dependentes, inclusive para não prejudicá-los de usufruir os diversificados benefícios que o sistema de segurança social actualmente oferece. A cidade de Inhambane (incluindo o Distrito

com o mesmo nome), comanda a lista de número de contribuintes que devem dinheiro ao INSS na Província, ao totalizar 95 empresas nessa situação, com 2.461.807,09 Mt por devolver, seguido de Vilankulo (com 73 devedores e com mais de 1.500.000,00 Mt de dívida), enquanto em terceiro lugar surge o Distrito da Maxixe, com 64 empresas, mas este com a particularidade de ser aquele que mais dinheiro dos trabalhadores não canalizou à segurança social após descontá-los, com um montante que ultrapassa os seis milhões e trezentos mil meticais.

Ao todo, o INSS tinha identificado 349 contribuintes devedores, até Dezembro do ano

transacto em toda a Província de Inhambane, com cerca de 14,5 milhões de meticais, dos quais 223 eram responsáveis por 14.150.000 meticais deste montante.

Com acções inseridas na campanha nacional de recuperação da dívida de contribuintes para com o INSS, iniciada a 30 de Abril passado, na sua primeira fase, foi recuperado muito dinheiro que ainda estava nas mãos de empregadores e entidades patronais. Só durante o mês de Setembro passado, foi possível recuperar 1.535.630,72 Mt a 15 devedores advertidos e notificados, enquanto outros 1.612.259,66 Mt foram recuperados por via de cobrança extra-judicial, correspondentes a 21 regularizações.

Um grupo de outros 6 contribuintes devedores assinou com o INSS acordos de amortização das suas dívidas, faseadamente, o que permitiu a recuperação de cerca de 77 mil meticais. Os restantes devedores estão sob a alçada da IGT, em todos os Distritos da Província. Zavala é o Distrito com o montante mais baixo por devolver ao INSS, com apenas 21 mil meticais.

AUTO-EMPREGO

INEFP treina associações na Cidade de Maputo

Diversas associações de jovens e mulheres chefes de família e pessoas vivendo com HIV dos Distritos Municipais da Cidade de Maputo, beneficiaram de acções de formação profissional em diferentes especialidades económicas, durante os últimos meses, com o objectivo de muni-los de conhecimento prático para a criação do seu próprio emprego, com mais ênfase para o saber fazer algo.

Foi assim que a Delegação do INEFP, a nível da Cidade de Maputo tem levado a cabo actividades de promoção activa de emprego e da execução de projectos de geração de rendi-

mento, que culminaram com a distribuição de kits contendo material para o auto emprego, totalizando 18 associações, que comportam 106 beneficiários, dos quais 77 do sexo feminino. Os candidatos receberam formação profissional nas especialidades da agropecuária, serralharia, refrigeração, culinária, cabeleireiro, corte e costura, tendo os cursos decorrido nos Distritos Municipais de Ka-Mavota, Ka Tembe, Ka-Nyaka, Ka-Mubukwana e Ka-Mpfumo.

Outros grupos associativos também receberam, brevemente, kits de agricultura, corte

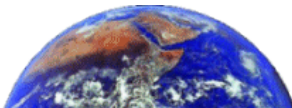
e costura, cabeleireiro e avicultura, mais concretamente 4 associações dos Distritos Municipais Ka-Mpfumo, Nhlamanculo, Ka-Maxaquene e Ka-Mubukwana. Ainda no mesmo rol de acções formativas, desta feita virada para o ingresso de jovens no mercado de emprego, o INEFP assinou acordos com três empresas, para estágios pré-profissionais, nomeadamente a Vale Moçambique, Miramar e Molaço, estando em processo a assinatura de um outro com a empresa Electricidade de Moçambique, o Banco de Moçambique e o Fundo de Estradas.



**Anuncie neste jornal,
...que o seu negócio chegará
no lugar dos seus sonhos!...**

Departamento Comercial
Cell: **840135802 - 827256216**

E-mails: horizonte25@tv cabo.co.mz - horizontepd25@gmail.com



ESTADOS UNIDOS

Inocente condenado à morte é libertado após 9 anos

Depois de nove anos de prisão, quatro deles no corredor da morte, o operário Manuel Vélez, 49 anos, foi libertado nesta quarta-feira nos Estados Unidos. O caso dele vem sendo apontado por activistas contrários à pena de morte como exemplo dos problemas do sistema judiciário americano.

Vélez foi preso no Estado do Texas em 2005 pela morte de um bebê de 11 meses de idade que estava sob os seus cuidados, filho da sua então namorada. Em 2008 ele foi sentenciado à morte.

Agora, ao rever o caso, uma juíza do Texas decidiu que Vélez é inocente e que os advoga-

dos que o defenderam inicialmente - indicados pelo Estado, já que o réu não tinha condições financeiras de contratar os seus próprios defensores - cometeram erros que levaram à sua acusação.

O drama de Vélez começou em 31 de Outubro de 2005, quando percebeu que o bebê, Angel

Moreno, apresentava dificuldades para respirar.

A criança foi levada ao hospital e morreu dois dias depois, em decorrência de lesão cerebral. Vélez se havia mudado para a casa da namorada e mãe da criança, Acela Moreno, na cidade texana de Brownsville, apenas duas semanas antes. Ele e Acela foram acusados do crime.

Acela cumpriu cinco anos de prisão, concordou em testemunhar contra Vélez e foi deportada para o México. Ele foi condenado à morte.

Erros

Quando Vélez já estava no corredor da morte, advogados especializados que se interessaram pelo seu caso e decidiram buscar a reversão da pena descobriram inúmeros erros no processo que levou à sua condenação.

Segundo a acusação, os ferimentos que levaram à morte do bebê teriam ocorrido num período de até poucos dias antes.

No entanto, os novos advogados de defesa descobriram que um especialista contratado pelo próprio Estado para fazer um relatório sobre a autópsia havia declarado que os ferimentos claramente haviam ocorrido bem mais de duas semanas antes da morte.

Essa informação comprovava a inocência de Vélez - já que na época dos ferimentos ele estava a quilómetros de distância, trabalhando no Estado do Tennessee, mas foi omitida.

Os novos defensores também descobriram que Vélez, que fala só espanhol e é analfabeto funcional, teria assinado declarações de culpa escritas em inglês, sem que pudesse entender o que afirmavam os documentos.



SEGUNDO O FMI

Brasil não vai cumprir meta de superavit primário

Diante da desaceleração da economia neste ano, o Brasil não vai conseguir cumprir a meta de superavit primário (a economia dos gastos públicos para o pagamento dos juros da dívida), diz um relatório publicado nesta quarta-feira pelo FMI (Fundo Monetário Internacional).

Segundo o relatório "Monitor Fiscal", o superavit primário em 2014 será de 1,3 por cento do PIB (Produto Interno Bruto), abaixo da meta de 1,9 por cento estabelecida pelo governo.

O FMI diz que o resultado se deve "ao ritmo de actividade económica no ano menor do que o esperado".

Na terça-feira, em outro relatório, o FMI rebaix-

ou sua projecção de crescimento para a economia brasileira neste ano de 1,3 por cento para 0,3 por cento.

Apesar de o governo manter a meta de superavit primário em 1,9 por cento neste ano, os analistas de mercado brasileiro já vem apostando num resultado menor.

Segundo o mais recente Boletim Focus, divulgado na segunda-feira pelo Banco Central, a previsão é de que o indicador feche em 1 por cento.

Para 2015, o FMI prevê que a economia brasileira deverá ter desempenho um pouco melhor, com avanço de 1,4 por cento, e o superavit

primário será de 2 por cento.

Em 2016, a projecção é de superavit primário de 2,5 por cento.

O relatório, divulgado durante a reunião anual do FMI e do Banco Mundial, em Washington, reúne projecções sobre as contas públicas de diversos países.

O FMI projecta que a o défice nominal brasileiro fique em 3,9cento do PIB neste ano e recue para 3,1 por cento em 2015.

Para a dívida pública a projecção é de 65,8 por cento do PIB neste ano, abaixo da previsão anterior, de Abril, que era de 66,7 por cento. No próximo ano, deve ficar em 65,6 por cento.